

Congresso vai avaliar ajuste antes do FMI

Estratégia atribuída ao ministro da Fazenda prevê apresentação interna do programa, para evitar pressões políticas

CARLOS ALBERTO SARDENBERG
Especial para o Estado

WASHINGTON – Embora haja expectativa de que o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) encaminhem um acordo já na próxima semana, surgiram fortes sinais de que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, está seguindo outra estratégia. O primeiro passo seria apresentar o programa de ajuste das contas públicas ao Congresso e então levar uma versão derivada ao FMI, quando fosse necessário.

Esse programa é aquele já anunciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, cujos detalhes estão sendo definidos pela Comissão de Controle Fiscal. São diversos os sinais dessa estratégia. O primeiro deles refere-se à diminuição do ritmo de saída de dólares do País e às entradas recentes e esperadas. Com isso, as reservas brasileiras poderiam manter-se em nível razoável – entendendo-se por isso que os pagamentos externos de curto prazo estariam garantidos. Isso afastaria a urgência de uma ajuda financeira externa, a necessidade de um imediato pedido de ajuda ao FMI, o que sofre óbvias restrições políticas internas.

Acordos com o FMI costumam

ser vistos, na oposição e mesmo no governo, como submissão do País a uma política econômica imposta de fora. Isso porque o FMI só pode oferecer empréstimo a um país-membro quando este se compromete formalmente com determinadas metas econômicas. Pode-se argumentar que o mais importante é saber quais metas são definidas. Afinal, elas podem ser efetivamente necessárias para o saneamento da economia local, não importa por quem tenham sido definidas.

Mas essa própria discussão já tem impacto político. Mesmo aliados de FHC têm dito que o País não sofrerá ingerências externas. Esses aliados podem estar fazendo pressão contra um acordo, mas também é possível que já tenham a informação de que o governo não apresentará já um pedido de ajuda ao FMI. Em qualquer hipótese, fica claro que tal pedido, depois da reeleição de FHC, teria impacto negativo.

Por outro lado, no mercado financeiro internacional, considera-se que o Brasil precisa de ajuda internacional – na forma concreta de recursos financeiros para recompor as reservas perdidas nas últimas semanas. Se for afastada a possibilidade dessa ajuda, as expectativas podem piorar além do que já pioraram.

Como compor política interna com expectativas externas? Uma parte dessa operação já está em andamento. Autoridades internacionais em Washington repetem todos os dias que o governo brasileiro tem todo o apoio e o programa de ajuste é a forma mais efetiva de enfrentar a crise pela raiz. As autoridades também elogiam a política de curto prazo de defesa do real.

Só o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin, disse isso quatro vezes nos últimos dez dias, sempre acrescentando que a estabilidade do Brasil é crucial para a América Latina e para os próprios Estados Unidos. E é certo que essas declarações foram combinadas com as autoridades brasileiras.



Presidente Fernando Henrique Cardoso: o secretário Robert Rubin elogiou sua política econômica quatro vezes nos últimos dez dias

Paulo Lacerda/AE

**OPOSITORES
VÊEM ACORDO
COMO
SUBMISSÃO**

**QUEDA NA
SAÍDA DE DIVISAS
AJUDA POSIÇÃO
BRASILEIRA**

Mas uma coisa é manifestar apoio político, outra é colocar recursos efetivamente à disposição. Ontem, em Washington, perguntado três vezes sobre a quantidade de recursos e o formato de um eventual fundo para o Brasil, Rubin evitou a resposta direta. Reiterou: “A comunidade internacional apoia firmemente o programa de reformas do presidente Cardoso. Isso é tudo o que eu diria neste momento.”

Tomando conhecimento desses comentários, o vice-presidente da Goldman Sachs, Robert Hormats, ex-alto funcionário do Tesouro americano, comentou para o Estado que “Rubin é a chave de tudo”. E para Hormats, é certo que, em caso de necessidade, Rubin vai sacar recur-

sos do Fundo de Estabilização Fiscal para emprestar ao Brasil, como foi feito na crise do México, em 1995.

Juntando essas peças, o jogo em andamento pode estar baseado nos seguintes lances: um programa de ajuste fiscal vigoroso e apoiado pelo Congresso tem muito mais possibilidades de ser efetivamente aplicado. Teria, portanto mais credibilidade e inspiraria mais confiança aos mercados. E se apoiado de algum modo pelo Congresso, torna-se decisão política nacional. Poderia, então, ser apresentado ao FMI, já sem res-

trições políticas. Mas como isso demora, é preciso manter as expectativas por meio de declarações da comunidade econômica internacional de apoio ao Brasil.

Enquanto isso, discutem-se, no âmbito desta reunião anual do FMI, diversas alternativas de apoio a países emergentes que sofrem ataques especulativos. Entre essas, a criação dos fundos de “contingência”, a que se referiu o presidente Bill Clinton, e mesmo esquemas de reestruturação de dívidas. Os fundos reuniriam recursos que poderiam ser sacados pelos países que sofressem perda de reservas. A questão é: vai dar tempo?

Certo ou errado, há no mercado financeiro a expectativa de que já na próxima semana vai sair um pacote financeiro para o Brasil. Se as manifestações de apoio não forem

suficientes para contrabalançar a frustração dessa expectativa, a situação pode se deteriorar rapidamente. E aí o governo brasileiro teria de correr atrás de dólares, quaisquer que fossem as condições.

A expectativa do governo brasileiro, claro, é ter tempo para seguir com o programa de ajuste, enquanto participa das negociações internacionais para a criação dos fundos de apoio ou outros mecanismos de segurança.

O ponto desfavorável a essa estratégia é a rapidez com que a crise tem-se disseminado. O ponto favorável é a real disposição da comunidade internacional de impedir que a crise derrube o Brasil.